

## **O ROTEIRO ICONOGRÁFICO COMO FONTE PARA HISTÓRIA LOCAL NO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D’AJUDA**

Douglas Leoni Rodrigues Melo da Silva<sup>123</sup>

### **RESUMO**

Este estudo tem por finalidade compreender o papel sociopolítico econômico das construções de templos católicos no município de Itaporanga d’Ajuda, Estado de Sergipe, ao longo do vale do rio Vaza-Barris entre os séculos XVII ao XIX, para construir um roteiro iconográfico a ser utilizado nas escolas de Ensino Fundamental como suporte pedagógico ao ensino de História Local. Busca-se responder: Qual o significado histórico das igrejas seculares do município de Itaporanga d’Ajuda, as motivações de seus erguimentos, a função social que ela desempenhou nessa época? Como disseminar ao ensino de história o conhecimento dessas edificações e seu valor histórico? Foram empreendidas visitas de campo, pesquisa de registros documentais concernentes à preservação legal do patrimônio, levantamento de registros cartoriais e paroquiais e leituras referenciais.

**Palavras-chave:** Ensino de História; História Local, Itaporanga d’Ajuda-SE; Templos Católicos.

### **THE ICONOGRAPHIC ITINERARY AS A SOURCE FOR LOCAL HISTORY IN THE MUNICIPALITY OF ITAPORANGA D’AJUDA**

Douglas Leoni Rodrigues Melo da Silva

### **SUMMARY**

This study aims to understand the socio-political-economic role of the construction of Catholic temples in the municipality of Itaporanga d’Ajuda, State of Sergipe, along the valley of the Vaza-Barris River between the seventeenth and nineteenth centuries, in order to build an iconographic script to be used in elementary schools as a pedagogical support for the teaching of Local History. The aim is to answer: What is the historical significance of the secular churches in the municipality of Itaporanga d’Ajuda, the motivations for their erections, the social function they performed at that time? How to disseminate the knowledge of these buildings and their historical value to the teaching of history? Field visits were undertaken, research of documentary records concerning

---

<sup>1</sup> Mestre em Ensino de História e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

<sup>2</sup> Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia e História pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER).

<sup>3</sup> Professor da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Sergipe e da Rede Municipal de Ensino de Itaporanga d’Ajuda-SE.

the legal preservation of heritage, survey of notary and parish records and referential readings.

**Keywords: History Teaching; Local History, Itaporanga d'Ajuda-SE; Catholic Temples.**

Dentro das várias possibilidades de se trabalhar uma nova concepção de História está a perspectiva local. Nela está contida a simbologia do lugar em diferentes formatos: a preservação arquitetônica, as festas, a religiosidade, a linguística, dentre outros. Evidencia-se elementos de uma micro-história, reforça-se o senso de comunidade, apresenta-se formas de luta de personagens anônimos e famosos que, juntos, constroem de maneira natural e gradualmente uma unidade de pensamento em torno da identidade do lugar.

Nessa perspectiva, valorizar os elementos do cotidiano das municipalidades dentro de um fazer História que propõe que nossos estudantes, antes de tudo cidadãos do município, possam estar inseridos e se vejam dentro do próprio currículo escolar, que sejam ativos num processo crítico de entendimento do que são e como serão durante e após sua passagem pela escola, que depreendam que seus valores também são partícipes de uma construção de conhecimentos e modificam as sociedades no processo histórico, é constituir uma história do século XXI apresentando conexões de passado, presente e futuro do lugar bem como sua condição social. Propor reflexões estudante que sua identidade cultural é sim uma fonte de memória afetiva do lugar e dos costumes. A liberdade para o estudante pensar e agir no estudo e elaboração de atividades alusivas à História local é um meio contumaz de ganhar motivação e dedicação para ampliar a capacidade argumentativa dos discentes. Pesquisar a história e a cultura do município de Itaporanga d'Ajuda desde a sua gênese para compreender a formação identitária do lugar é contribuir para uma História ativa e participativa.

A ocupação colonial portuguesa no território brasileiro entre os séculos XVI a XVIII e posteriormente o período imperial brasileiro na maior parte do século XIX mantinha uma estrutura de poder fundamentada em três pilares: o *econômico*, marcado pela expropriação fundiária dos povos indígenas, escravização destes e dos povos africanos e intenso uso do solo para extração de minérios, madeira, criação de gado bovino e cultivo de produtos agrícolas de exportação, notadamente a cana-de-açúcar, o café e o algodão; o *político*, através do poder monárquico e oligárquico; por fim o poder *religioso* em que a igreja católica não apenas executava a catequização dos povos

indígenas e escravizados como também detinha terras, exercia funções administrativas, erguia edificações eclesiais e ditava ritos e crenças que moldavam os costumes.

A respeito do poder religioso, esse se materializa visualmente através dos templos católicos, festividades e eventos de devoção em efemérides, introdução da literatura europeia e do conhecimento artístico e científico europeu, implementação do aprendizado da língua portuguesa, controle administrativo dos registros de nascimentos, matrimônios, óbitos e diversos costumes de ordem moral reverberados no patriarcalismo que atravessaram o período colonial e que na contemporaneidade estão fortemente presentes na sociedade brasileira. No litoral brasileiro, a monocultura açucareira incentivou a construção de inúmeras igrejas e capelas através da doação de terrenos por parte da elite rural devotada fervorosamente ao cristianismo para missões religiosas ou por iniciativa própria dos senhores através de irmandades particulares.

Esse artigo propõe um versa sobre o estudo da História Local através do recorte espaço-temporal da presença da igreja católica, notadamente os templos construídos em Itaporanga d'Ajuda, município do litoral do Estado de Sergipe, entre os séculos XVII ao XIX, período da história do Brasil colonial em que o poder religioso, associado ao Estado e à economia, tinha papel estratégico na capitulação e/ou escravização dos povos indígenas e africanos pela catequese. Esse era um dos passos para a expropriação, ocupação e uso do solo tanto para a pecuária como para a produção de cultivos de subsistência e, com maior destaque, a produção monocultora de cana-de-açúcar, implementada principalmente pela colonização portuguesa, espanhola e holandesa nas Américas. A construção de templos católicos por intermédio de irmandades ou por iniciativas particulares em propriedades rurais dos senhores de engenho representava um símbolo de força e domínio territorial, político e social.

Em Itaporanga d'Ajuda, as principais atividades econômicas coloniais e do período imperial brasileiro desenvolveram-se às margens do rio Vaza-Barris entre os séculos XVI ao XIX. É também ao longo desse corpo d'água que foram erguidas igrejas e capelas que possuem valor histórico e cultural significativo para o município, sendo importantes fontes de educação patrimonial. Atualmente, as localidades rurais onde a maioria delas se situam são fazendas dedicadas à pecuária bovina: Camaçari, Colégio e Dira. A única exceção é a Matriz de Nossa Senhora d'Ajuda, dentro do espaço urbano, mas que à época do seu surgimento também se situava dentro de um antigo engenho, o Itaporanga.

Em caráter específico, é mister contextualizar a ocupação espacial das igrejas católicas no vale do rio Vaza-Barris no momento de grande uso do solo para a produção açucareira no atual Estado de Sergipe, que se estendeu até meados do século XX; a função social, política e econômica dessas edificações no processo de formação da sociedade rural itaporanguense; construir um material pedagógico em forma de roteiro iconográfico com informações destacadas das edificações estudadas como importante instrumento da história local de Itaporanga d'Ajuda.

Nossa metodologia para conseguir tais proposituras passaram pelo levantamento de documentação existente em relação a essas edificações no cartório municipal, na paróquia de Nossa Senhora d'Ajuda e sítios da rede mundial de computadores, nos órgãos oficiais de preservação do patrimônio histórico federais e estaduais, Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, Câmara de Vereadores de Itaporanga d'Ajuda, Prefeitura Municipal de Itaporanga d'Ajuda e Arquivo do Poder Judiciário do Estado de Sergipe. Em levantamentos de campo registramos imagens das igrejas a serem estudadas em todos os seus detalhes. Conversamos com estudiosos que possuem conhecimento sobre as igrejas sergipanas construídas no período Colonial, Imperial e da primeira década da República brasileira, períodos históricos aqui analisados, para obtermos mais fontes sobre o tema. Produzimos um roteiro iconográfico com uma miscelânea de imagens acrescidas de informações históricas relevantes das igrejas ora estudadas, um referencial didático voltado aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental do Município de Itaporanga d'Ajuda e do Estado de Sergipe.

No ínterim da discussão das proposituras foram inferidos os usos atuais que são feitos desses espaços e as ações públicas e privadas de caráter documental, preservacionista e de exploração econômica, a exemplo do tombamento, turismo, locação para eventos, ensaios fotográficos e até mesmo se ainda possuem função eclesiástica.

Assim tratamos do Ensino de História na educação brasileira, sua evolução, as políticas públicas e legislações aplicadas nos currículos escolares até o presente e as estratégias de ensino-aprendizagem histórica calcada no respeito às diferenças.

Trouxemos um panorama da ocupação do espaço geográfico do litoral oriental brasileiro no período colonial, a chegada da empresa ultramarina exploratória europeia, a expropriação das terras, a alienação cultural-religiosa e a escravização dos povos nativos e africanos para o trabalho em canaviais e outras fontes econômicas como a pecuária e a mandioca, configurando-se em uma sociedade rural, latifundiária, aristocrata, católica e escravista voltada aos interesses econômicos da metrópole portuguesa.

Abordamos o município de Itaporanga d’Ajuda, situado no leste sergipano. Da sua gênese, marcada pela numerosa presença Tupinambá, passando pelas missões jesuítas, expulsão dos povos originais a partir de conflitos, formação do povoamento colonial através das doações de sesmarias, a imersão de seu espaço em total consonância com os objetivos econômicos da agroexportação. Como esse modelo se conecta com o tempo presente em termos de indicadores socioeconômicos de seus habitantes e na ocupação e uso do solo urbano e rural.

Apresentamos e estudamos as edificações católicas que foram erguidas entre os séculos XVI ao XIX no município de Itaporanga d’Ajuda e que foram preservadas: Igreja Jesuíta do Colégio Tejupeba, Igreja Matriz de Nossa Senhora d’Ajuda, Capela Nossa Senhora do Rosário e Capela Senhor do Bomfim. Todas elas têm algo em comum: Estão às margens do rio Vaza-Barris e atestam a importância desse corpo d’água para a sociedade itaporanguense e sua História.

Por fim, elaboramos um produto pedagógico em forma de roteiro iconográfico-informativo das igrejas históricas estudadas, elementos da paisagem que estão inseridos em um momento importante da História local de Itaporanga d’Ajuda e da História do Brasil dos primeiros 350 anos. Esse material didático tem a proposta de ajudar a compreender aspectos históricos, políticos, culturais, econômicos e geográficos do lugar. Poderá servir como uma importante fonte de estudo não apenas para os estudantes e professores, mas para toda a comunidade de Itaporanga d’Ajuda, do Estado de Sergipe e do Brasil que deseje ampliar conhecimentos históricos.

A escolha das igrejas históricas do município de Itaporanga d’Ajuda como objeto de estudo carrega um grande significado, o de valorizar a História local. Suas arquiteturas atestam marcos temporais muito importantes na História econômica e social brasileira colonial. O tombamento desses espaços é a garantia legal de que a atual e as futuras gerações possam conhecer e compreender as mudanças histórico-espaciais do município de Itaporanga d’Ajuda.

É possível que ao trazer ao chão da sala de aula a temática local, o estudante tenha a oportunidade de reconhecer o dinamismo do lugar e da paisagem como uma veia pulsante, onde interpretá-la é fazer a interação de todos os elementos visuais disponíveis na construção de determinados espaços, de modo que “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem (...). Não apenas formada de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” (Santos, 1998 p.61).

Acreditamos que a proposta de estudo desse trabalho segue as ideias do pensador espanhol Mario Carretero (2014) de que o conhecimento histórico deve ser uma chave para que os estudantes possam identificar as relações e impressões do presente para abrir discussões sobre o passado de determinado fato histórico. Não compreender o passado de uma maneira pontual e isolada.

Se propuséssemos um inventário ao estudarmos a História local, certamente nos cercaríamos de uma grande atenção sobre seus aspectos e poderíamos talvez os dividir em positivos e negativos.

Positivamente, estudar o lugar de vivência cotidiana permite: adicionar e reconhecer valor histórico numa escala microrregional; valorizar ideais de diversidade e de sensação de pertencimento a um lugar a partir das correlações entre o ser presente e a construção da sua identidade; ser um importante contraponto com as ideias de uma história eurocêntrica ao valorizar temas, sujeitos e povos esquecidos pela historiografia tradicional: nativos, cativos, mulheres, pobres, crianças, idosos, dentre outros; buscar respostas para questões que problematizem a construção identitária da sociedade de um lugar em pequenas escalas territoriais.

Por outro lado, é prudente: Não tratar o objeto de estudo apenas como um recorte do presente sem reconhecer as contribuições históricas que o remetem à atualidade e que certamente ainda trarão alterações futuras, deve-se sempre levar em conta que seu contexto social, político e econômico é resultado da junção de tempos e fatos históricos de maior amplitude; a história local, enquanto guardiã da identidade de um lugar, não pode estar desconectada do processo de globalização e de suas influências graças à difusão veloz de informações através da rede mundial de computadores e do aumento do fluxo de pessoas, mercadorias e serviços, que intrinsecamente carregam distintas identidades ao redor do planeta; produzir história local e disseminá-la nas escolas não deve ser algo de uso apropriado por governos ou câmaras legislativas, entes políticos devem promover meios de garantir a democratização do ensino das identidades e jamais praticar ufanismos ou autopropagandas; não reduzir ou acautelar em demasia o uso de fontes orais e a história das mentalidades.

Nos primeiros 75 anos do século XVI, a colonização portuguesa no território sergipano não se deu efetivamente. A ponto de os grupos indígenas aí existentes manterem suas tradições de organização social e econômico-extrativa praticamente intactas, salvo os contatos com corsários, principalmente franceses, como os quais praticavam o escambo.

Num caminho oposto ao que ocorria nas capitanias da Bahia e de Pernambuco, Sergipe demorou a empreender a atividade açucareira em seu território a ponto de obter destaque na ocupação do solo, produção e exportação (Nunes, 1989). Na divisão econômica do trabalho dos séculos XVI e XVII, a capitania de Sergipe d'El Rey, geograficamente situada entre as duas capitanias detentoras da primazia na produção de açúcar, assume o papel de criação de gado para consumo, tração e transporte, além de lavouras para base alimentar tais como feijão e mandioca (Passos Subrinho, 2000).

De acordo com Sousa (2012), “os criadores de gado não se expandiram tão rápido e o Estado pouco adentrou seu domínio na capitania sergipana”. O *modus operandi* diferenciado no que concerne à atividade econômica foi um ambiente propício para uma ocupação espacial mais lenta que em outras áreas do litoral oriental do Brasil Colônia. Sousa ainda pondera que essa lentidão transpareceu uma ausência sentida da presença mais firme do Estado português, gerando conflitos entre latifundiários, pecuaristas e os representantes do Governo-geral da Bahia.

Ainda no século XVI, tem-se as incursões jesuítas em solo sergipano entre os rios Real e São Francisco. Com o trabalho missionário desses padres foram difundidas entre os indígenas o idioma português, a religião católica e a construção de igrejas. Entretanto, permaneceram as bases econômicas de apoio à produção açucareira da Bahia e Pernambuco: a criação de gado e a produção de gêneros alimentícios.

A relação menos belicosa, porém, é interrompida ainda no final de 1575 com as intervenções militares do governador geral Luis de Brito e que se intensificou em 1590 com a chegada de tropas baianas comandadas por Cristóvão de Barros, imprimindo um genocídio a mais de 4000 nativos, aproximadamente (Dantas, 2013). Mesmo com essa demonstração de força para gerir o território, a Capitania de Sergipe d'El Rey permaneceu ao longo do século XVII com um ritmo de colonização populacional e econômica de forma lenta e espasmada.

Apesar de já existirem engenhos em Sergipe a partir do início do século XVII no vale do Rio Real, a expansão mais significativa se dá nos últimos 50 anos do século XVIII. Não há consenso entre pesquisadores quanto ao número exato de empreendimentos do tipo à época, mas segundo Passos Subrinho (2000) entre os séculos XVIII e início do XIX o número de engenhos existentes saltou de 46 no ano de 1756 para 347 no ano de 1823, ultrapassando em 800 engenhos no fim do século XIX.

Aflora-se assim uma nova base econômica no território sergipano. Os vales dos rios Cotinguiba, Japarutuba, Piauí, Real, São Francisco (este em sua foz, na altura do

município de Brejo Grande) Sergipe e Vaza-Barris agora formam uma paisagem homogênea, onde monocultura e os latifúndios açucareiros se multiplicam para atender ao crescimento demográfico e ao avanço do trabalho assalariado europeu no período da Revolução Industrial. (Cruz, 2013).

Cresce também a utilização da mão de obra escrava, que chegou no século XIX a ser responsável por  $\frac{1}{4}$  de toda a população sergipana. Os chamados escravos *crioulos* ou *nacionais*, ou seja, aqueles nascidos em solo brasileiro, eram os mais utilizados, já que a importação via Bahia era custosa aos engenhos sergipanos, em sua maioria de pequeno porte, os chamados *banguês* (Passos Subrinho, 2000). A modernização da empresa açucareira também foi tardia. A transição da força motriz para a energia a vapor, a usina, só tem início na segunda metade do século XIX. Nem todos os empreendimentos, na realidade a maioria, conseguiram executar a transição. Era necessário dispor de muito capital para investir na moderna usina e isso só vai ocorrer mediante incentivos do governo imperial através de leis e isenções fiscais no último quarto do século XX (Diniz et. al., 2013).

Em meio à paisagem homogênea dos canaviais no litoral nordestino, a igreja católica instituía poder e presença na sociedade colonial, reforçando a dominação da coroa portuguesa através da propagação pela fé dos povos sublevados e da devoção fervorosa dos senhores-de-engenho e suas famílias.

A presença indelével do catolicismo na gênese da colonização portuguesa está na formação e ocupação dos espaços rurais e urbanos brasileiros. Não se tratava meramente de uma forma de difusão cultural europeia, mas uma urgente necessidade do reino de Portugal em consolidar a tomada das terras ora conquistadas, eliminar de todas as formas a cultura dos povos originais, dizimá-los e alienar os sobreviventes através da catequese. Não menos importante era a massificação da impressão física da religião cristã: as igrejas, capelas, ermidas e cruzeiros (Eliade, 1996).

À luz do Padroado Régio, acordo em que a igreja romana concedia ao reino português a autorização para nomear clérigos e criar dioceses, e seguindo os paradigmas do Concílio de Trento (1545-1563), ambos voltados à profusão da fé cristã, se intensifica em Sergipe, bem como de resto na colônia brasileira, a construção de templos católicos e a ampliação da catequização. Tais ideias são reverberadas no documento “Constituições primárias do Arcebispado da Bahia”, publicado em 1719. Nesse documento denota-se a preocupação em destacar as igrejas na paisagem de forma imponente e soberana: sempre nos pontos mais elevados da topografia local, em posição que não trouxesse elevada

umidade interna, distante de lugares insalubres ou pecaminosos/sórdidos, não poderiam ter vizinhança de casebres em raio próximo à fim de evitar a perda do destaque seja pela construção em si seja pela exigência do caminho aberto e livre para as peregrinações e procissões (Sousa, 2012).

Ao proprietário de terras, produções e escravos, a presença de uma capela dentro dos seus domínios particulares, os engenhos e fazendas, era praticamente uma obrigação para com a igreja de Cristo, sua família e simbolizava poder sobre a região. A edificação do templo poderia ser anexa à Casa-Grande ou destacada em um ponto elevado da propriedade revelando grande imponência (Freyre, 2018). Desse modo, a igreja católica era parte integrante do ciclo econômico da cana-de-açúcar que dominou o litoral do Nordeste brasileiro colonial entre os séculos XVI ao XIX.

Construir capelas em engenhos também era uma forma de atrair homens livres aos domínios do latifundiário. Uma relação de vassalagem<sup>4</sup> de extrema importância diante da dificuldade em ocupar as terras de acordo com a obrigação contratual da doação de sesmarias, já que esses homens livres eram mão-de-obra para atividades laborais do engenho. Esses trabalhadores construíam então seus casebres nas terras do senhor de engenho, principalmente ao redor das capelas. O espaço sagrado dos templos católicos representava a salvação dos pecados e a certeza de proteção espiritual. Era muito comum também que os membros das famílias latifundiárias da época fossem sepultados dentro desses templos com essa ideia de remissão e redenção. A manutenção de todo o patrimônio ligado à edificação religiosa e seus bens mobiliários era feito através do dízimo ofertado pelos membros das irmandades criadas pelos leigos do lugar que viviam no entorno da construção (Freire, 1977).

Como marcas toponímicas em um período da História brasileira em que Estado e Igreja estavam imbricados temos uma gama de municípios brasileiros que herdaram em seus nomes as marcas da expansão colonial católica. Somente no Estado de Sergipe, o menor em extensão territorial do Brasil, são 22 municípios<sup>5</sup> que remetem ao catolicismo, em especial aos santos e santas católicos. Como já dito, os leigos ao se aglomerarem e formarem uma ocupação populacional erguiam capelas em devoção ao santo da sua

---

<sup>4</sup> A vassalagem se caracterizava pelo pagamento de tributos ou pela seção de sua força de trabalho em troca de moradia e proteção nas terras do engenho.

<sup>5</sup> Municípios sergipanos com toponímia devocional: Amparo do São Francisco, Canindé de São Francisco, Capela, Carmópolis, Cedro de São João, Divina Pastora, Frei Paulo, Itaporanga d'Ajuda, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Socorro, Rosário do Catete, Santa Luzia do Itanhi, Santa Rosa de Lima, Santana do São Francisco, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão, São Domingos, São Francisco e São Miguel do Aleixo.

comunidade (Santo Antônio, São José, Nossa Senhora das Graças, Nossa Senhora das Dores, Imaculada Conceição etc.).

É neste cenário que surgem os núcleos de povoamento que dão origem ao atual município de Itaporanga d'Ajuda. Como a demografia, a economia e o território de Itaporanga d'Ajuda na atualidade? Qual a importância estratégica da ocupação do baixo Vaza-Barris para a Coroa Portuguesa? Que ameaças à colonização lusitana precisavam ser desarticuladas para a implementação do modelo colonial latifundiário, escravista e agroexportador? Quais os desafios para ratificar a conquista territorial e povoá-lo? Qual o papel das missões jesuítas na disseminação do poder político e religioso europeu? Que modelo de economia se desenvolveu em solo itaporanguense até o século XIX e como tal modelo foi preponderante para demonstrar poder político e obter sua emancipação?

Do ponto de vista de sua localização no Estado de Sergipe, o município de Itaporanga d'Ajuda está situado no leste do Estado de Sergipe conta com uma área territorial de 757,283 km<sup>2</sup>, a 7ª maior do Estado, e uma disposição predominantemente longitudinal que faz com que se situe entre o litoral e o agreste, atravessado pelos rios Vaza-Barris, Xinduba, Tejupeba, Poxim-Açu e Fundo. Dos mais de 35 mil habitantes, segundo as estimativas de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019, quase 20 mil habitantes residem em zona rural ou aglomerados rurais-urbanos. Limita-se com os municípios de Estância ao sul, Salgado, Lagarto e Campo do Brito a oeste, Itabaiana, Areia Branca e Laranjeiras a norte, São Cristóvão, Aracaju, capital do Estado de Sergipe, e com o Oceano Atlântico a leste na chamada Região Geográfica Imediata de Aracaju segundo critérios do IBGE. Embora não faça parte oficialmente da chamada Região Metropolitana de Aracaju (RMA) insere-se num arranjo populacional com a capital sergipana devido à intensa pendularidade de seus munícipes para fins de trabalho, estudo, consumo de mercadorias e serviços. O município de Itaporanga d'Ajuda coligou-se fisicamente à capital sergipana em 2010 com a inauguração da Ponte Joel Silveira, nas proximidades da foz do rio Vaza-Barris.

De acordo com o IBGE, suas principais atividades econômicas são a pecuária, a agricultura, a pesca, a indústria de bens de consumo não-duráveis, a indústria extrativa mineral e o turismo. O município é atravessado pela rodovia federal BR-101.

No final do século XX é incentivada pelo poder público a instalação de fábricas no Complexo Industrial de Itaporanga d'Ajuda ao longo da rodovia federal BR-101. O turismo também começa a ganhar mais importância com a criação de eventos públicos e particulares na praia da Caueira, que também se beneficia com o prolongamento da

rodovia SE-100 (1995) e da Ponte Joel Silveira (2010), que estabelecem a ligação direta desta praia com a capital Aracaju e com o litoral sul sergipano no sentido Salvador-BA. No fim dos anos 1990 é desmanchado o Morro São Benedito e em seu lugar é construído o Forró dromo municipal, espaço multiuso destinado principalmente para a apresentação de shows no período das festas juninas. Observa-se nos últimos anos o aumento da migração pendular com Aracaju e outros municípios circunvizinhos.

A gênese do atual município de Itaporanga d'Ajuda da chegada da colonização portuguesa no território sergipano às margens do baixo Vaza-Barris, no final da segunda metade do século XVI, este era habitado por povos originais Tupinambá liderados pelo cacique Surubi, que apresentava forte resistência às incursões europeias para ocupação e exploração do solo (Freire, 1977).

Conforme Dantas et. al. (2013) e Freire (1977), em 1575 é fundada uma missão jesuíta liderada por Padre Gaspar Lourenço e o Irmão João Salônio na margem direita do Vaza-Barris, após cumprirem a primeira missão catequista no rio Piauí, no sul sergipano, empreendendo uma nova missão erguendo a igreja de Santo Inácio. Segundo os referidos autores não há uma certeza do local onde fora erguida essa capela, sendo o local mais apontado onde está situado atualmente o centro histórico do município de Itaporanga d'Ajuda. A partir de 1590, territorialmente pertencente à vila de São Cristóvão, são doadas sesmarias na atual área territorial do município de Itaporanga d'Ajuda para acelerar a ocupação colonial, mas o desinteresse persiste diante dos contínuos conflitos entre povos Tupinambá e militares da coroa portuguesa.

Os primeiros registros em que colonos pleiteiam terras devolutas no Baixo-Vaza-Barris datam da passagem do século XVI para o XVII. A primeira carta endereçada ao Governador Geral da Bahia é um pedido do capitão Manoel de Miranda Barboza em 11 de novembro de 1600, que participou do processo de expulsão dos povos indígenas da região nas campanhas militares de Cristóvão de Barros. A segunda é de Nuno do Amaral de 15 de julho de 1601. Ambas não foram atendidas mesmo com as justificativas da ausência de ocupação do território (Siqueira, 2007).

Apenas em 1602 começa o processo de doação de cartas de sesmarias. Os primeiros agraciados foram para Francisco Borges e Gaspar Demorim, em 25 de abril de 1602. Em 7 de agosto do mesmo ano foram contemplados com lotes Francisco Rodrigues, Gaspar Fontes e Sebastião da Silva. Todos os novos sesmeiros optam pela pecuária bovina e cultivos de gêneros alimentícios. Essas ocupações permitem também de maneira

estratégica situar o reino de Portugal sobre a localização da aldeia tupinambá liderada pelo cacique Surubi (Freire, 1977).

Essa era inclusive uma grande preocupação. Os colonos sentiam-se inseguros em conviver próximos às aldeias. Os recursos de que dispunham para empreender a produção eram poucos e não davam o retorno esperado. O hiato territorial entre os sesmeiros era grande, dificultando a formação de espaços aglomerados. A relação dos índios com os corsários franceses era outra preocupação de Lisboa diante do risco de perder a contiguidade territorial entre a Bahia e Pernambuco.

Com a expulsão definitiva dos holandeses na metade do século XVII, a coroa portuguesa enxerga no vale do rio Vaza Barris um lugar importante do ponto de vista econômico dada a fertilidade das terras que o circundam, a facilidade para escoar a produção açucareira por seu largo canal até o oceano Atlântico e sua funcionalidade militar por uma questão de defesa do território ante incursões inimigas. Somente em meados do século XVIII que Francisco de Sá Souto Maior e seus comandados vencem a resistência dos Tupinambá afastando-os para a formação de um novo aldeamento denominado Água Azeda, nas proximidades do atual município de São Cristóvão. Com a resistência indígena desarticulada surge o Engenho Itaporanga e o Encapelado de Nossa Senhora d'Ajuda, onde destacam-se as produções de cana-de-açúcar e mandioca. Constrói-se também no final do século XVIII o porto de Itaporanga para escoamento da produção (Freire, 1977). É nesse contexto que o povoamento de Itaporanga se consolida e se intensifica.

O Baixo Vaza-Barris era no século XIX um dos principais produtores de açúcar (FREIRE, 1977). Ao menos 11 engenhos estavam às suas margens dos lados sancristovense e itaporanguense: Belém, Camaçari, Colégio, Cumbe de Baixo, Dira, Escurial, Itaporanga, Itaperoá, Piabussú, Quindongá e Roma. Símbolo do poder econômico e político da província de Sergipe d'El Rey, figuras proeminentes detentoras de terras e escravos dessa região participavam decisivamente dos acontecimentos de então: Domingos Dias Coelho e Melo, o Barão de Itaporanga, Antônio Dias Coelho e Melo, o Barão de Estância, Felisberto de Oliveira Freire, Barão de Laranjeiras, Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto, os clãs Garcez, Rollemberg e Sobral, dentre outros nobres da oligarquia agrária sergipana da época.

Esse impulso econômico e político levou Itaporanga, seu primeiro topônimo, à elevação como Freguesia em 30 de janeiro de 1845 conforme a Lei nº135 e à vila em 10 de maio de 1854 de acordo com a Lei nº 387, desmembrando-se de São Cristóvão, à época

capital da Província de Sergipe (Freire, 1995). Eleva-se à condição de município em 1938 por força da Lei nº69. Em 1944, através do Decreto-Lei nº 533, tem seu nome alterado pra Iraperanga devido à legislação federal que impedia duplicidade de nomes de municípios e em 1949 adota a denominação atual de Itaporanga d’Ajuda amparada pela Lei nº123 de 1 de janeiro de 1949.

Após a transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju em 1855 e do desenvolvimento do município de Estância ao longo dos séculos XIX e XX, cidades respectivamente situadas nos limites norte e sul, Itaporanga d’Ajuda passa por um processo de estagnação econômica. Os Engenhos de açúcar vão aos poucos desaparecendo ante à desvalorização da exportação do início do século XX. O advento da ferrovia pertencente à antiga Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) ao “cortar” a cidade não trouxe os avanços esperados no tráfego de mercadorias e pessoas. Do mesmo modo, a pavimentação da BR-101, que margeia a cidade e estabelece importante rota de comunicação com o país, deu-se durante pelo menos nos últimos 30 anos do século XX apenas como mero ponto de parada de viajantes e de profissionais do volante. A estagnação econômica em menos de 100 anos põe o município numa posição coadjuvante no cenário econômico e urbano do Estado de Sergipe, situação bem distinta do auge da produção canavieira nos séculos XVIII e XIX, onde as terras férteis do vale do Vaza-Barris fizeram a fortuna e a proeminência político-social da elite agrária. É neste pequeno município em população absoluta, mas de grande área territorial e de grande potencialidade econômica ainda por explorar que estão elementos construídos de um passado histórico de primazia e desenvolvimento.

Diante do crescimento do interesse pela preservação do patrimônio material e local no Brasil e no mundo, decidimos estudar a fundação e representatividade dos templos católicos do município de Itaporanga d’Ajuda que remontam ao período colonial português e ao imperial brasileiro numa perspectiva de ensino de História local. Eles são elementos testemunhais incontestes para o entendimento da sociedade brasileira e sergipana desses períodos. Períodos esses de intensa expropriação do território dos povos indígenas, da escravização em massa de indígenas e africanos para o trabalho na empresa agrícola litorânea no qual a Igreja Católica participa do processo cultural de catequização, impondo o idioma português, a religião católica apostólica romana, ditando regras de comportamento dentro do que ela entendia como elementos morais e sociais. Esse processo de aculturação coadunava-se com o avanço do império lusitano na colônia brasileira em busca de seus objetivos mercantilistas e, assim, a igreja católica foi um dos

principais pilares da sociedade escravagista-agroexportadora brasileira entre os séculos XVI e XIX.

Em Itaporanga d’Ajuda são remanescentes desse período a Igreja Matriz de Nossa Senhora d’Ajuda, a igreja jesuíta da Fazenda Colégio Tejupeba e as capelas das fazendas, Camaçari e Dira, todas elas situadas no vale do rio Vaza-Barris, detentor de uma das mais importantes bacias hidrográficas de Sergipe, cercado de um solo de elevada fertilidade, propício ao empreendimento colonial agrário do Brasil e de Sergipe entre os séculos XVII a XIX.

Passado o ciclo açucareiro, no final do século XIX, as igrejas e capelas fundadas no território itaporanguense vão tomando rumos distintos. Uma permanece com sua função eclesiástica ativa, a Matriz de Nossa Senhora d’Ajuda, situada no *urbana cor*. As demais, situadas em espaços privados, já não exercem a atividade primária da igreja, tendo servido para atividades de cunho turístico, pesquisa científica, lazer, ensaios fotográficos, festas particulares, casamentos e batizados. Sendo tombadas por leis e decretos federais e estaduais apresentam níveis de conservação e preservação distintos a depender da administração dos proprietários das terras onde se encontram.

Sabendo que muitos estudantes da rede municipal de Itaporanga d’Ajuda residem próximos a essas edificações, é mister oferecer a elas e eles uma interpretação que vá além do visível, compreendendo essas construções e suas características como partícipes de um momento da história que está nos currículos escolares, mas que muitas vezes tem apenas exemplos de outras localidades. Que se possa entender também a necessidade de valorizar a preservação desses espaços, incluindo a possibilidade de socialização deles, já que são bens culturais e de valor histórico, construindo deste modo um exercício de cidadania e conhecimento sobre a história local e patrimonial.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora d’Ajuda, localiza-se no centro histórico do município de Itaporanga d’Ajuda. Segundo o historiador Sebrão Sobrinho (1955) e o jornalista Orlando Dantas (1980), o local onde se situa a igreja pertencia ao Engenho Itaporanga, pertencente inicialmente à família Sá Souto Maior e posteriormente à família Dias Coelho e Mello. De acordo com o historiador Luís Siqueira (2007), a igreja foi erguida a partir do primeiro quarto do século XIX em substituição à capela do século XVIII e só é concluída por volta de 1930, sendo de estilo arquitetônico eclético com fachada românica, nave barroca e abóbada bizantina.

A devoção à Nossa Senhora d’Ajuda vem da irmandade mariana, que formava o encapelado de mesmo nome da santa, composto pelo baronato itaporanguense e demais

peças do encapelado que residiam em casarões na rua da matriz, em torno de 600 braças, equivalente a aproximadamente 1 quilômetro. É o poderio político e econômico dessa irmandade que fará com que as demais irmandades de pobres, pretos e pardos seja preterida quanto à escolha da santa devocional. As festividades, inicialmente feitas por particulares, tiveram como primeiro registro conhecido em 02 de fevereiro de 1820, conforme documento constante no Arquivo do Judiciário de Sergipe (Siqueira, 2007). Essa é inclusive a data das festividades da padroeira católica, Nossa Senhora d'Ajuda.

A igreja Nossa Senhora da Graça, mais conhecida como Igreja Jesuíta do Colégio Tejupeba, é a mais antiga das edificações aqui estudadas, do início do século XVII. Está localizada, na Fazenda Iolanda, no povoado Nova Descoberta, às margens da rodovia SE-270 ou Rodovia Humberto Mandarino, que liga a BR-101 à Praia da Caueira.

Segundo Freire (1977), jesuítas alocados em Salvador solicitam junto ao governo da Capitania Geral da Bahia de Todos os Santos a posse de terras nas proximidades do rio Tejupeba, afluente do rio Vaza-Barris em 1601, local onde seria erguido o colégio jesuíta, a igreja e a residência dos padres (Alves, 2009).

Não há documentos que possam cravar a data exata da sua construção e fundação. Sabe-se que nesse local também funcionou um estaleiro da Companhia de Jesus às margens do Vaza-Barris, além de ter se desenvolvido expressiva atividade pecuária bovina por parte dos missionários jesuítas (Leite, 1945).

Após a expropriação da fazenda pelo rei de Portugal, Dom José I (1714-1777) e a expulsão dos jesuítas, desdobramentos das questões políticas entre o reino português e a Companhia de Jesus (Vogel, 2017), em 1764 a posse da fazenda passa para o Coronel Domingos Dias Coelho, sendo herdada pelo Sargento-mor Domingos Dias Coelho e Mello, depois pelo Brigadeiro Domingos Dias Coelho e Mello (Barão de Itaporanga) e posteriormente por seu filho Antônio Dias Coelho (Barão de Estância). Este e sua esposa estão enterrados dentro da igreja, bem como a genitora de Antônio, Michaela Coelho Dantas e Mello, além de outros membros do baronato açucareiro-escravista local. Livros paroquiais do século XIX atestam grande movimento na igreja em torno de celebrações de batismos, casamentos e registro de óbitos de todos que vivam em seu entorno, fossem eles fazendeiros, homens livres ou escravos.

Na década de 1920, o imigrante italiano Nicola Mandarino adquire a fazenda Colégio e rebatiza com o nome de Iolanda, uma de suas filhas. Em 23 de março de 1943 o conjunto arquitetônico da casa e da igreja são tombados pelo Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sob o número de processo 0289-T41 inscrito no livro histórico sob o número 213, volume 01, folha 36.

A Igreja passou desde então por três restaurações que incluíram retelhamentos e pinturas em 1953, 1990 e 2004, sendo que esta última reforma se deu no telhado da igreja que havia desabado após as fortes chuvas que atingiram Itaporanga d’Ajuda em março daquele ano (Alves, 2009). Na parte superior do pórtico principal há inscrição do ano de 1810, o que pode indicar alguma reforma feita à época. Internamente, não há mais qualquer imagem de santos ou adornos compondo a paisagem, mas a visitação ao espaço é livre, despertando interesse de fotógrafos amadores ou profissionais, pesquisadores, professores e estudantes, do nível fundamental ao superior, e o público em geral, Tem-se aqui, portanto, novas funções da edificação na contemporaneidade: a de atender a fins artísticos, científicos, educacionais e de lazer.

A capela Nossa Senhora do Rosário localiza-se na Fazenda Camaçari, atualmente dedicada à pecuária bovina de corte, entre os povoados Campos e Camaçari-Mirim, município de Itaporanga d’Ajuda-SE. A sede da fazenda e a capela foram tombadas pelo patrimônio arquitetônico, artístico, cultural e histórico estadual através do Decreto Estadual nº30.280 de 23 de julho de 2016, folha 57 do Livro do Tombo Geral. Parte das terras da fazenda foram desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e entregues a trabalhadores rurais do Assentamento Vitória da Conquista também em 2016.

A primeira documentação alusiva ao Engenho Camaçari data de 21 de março de 1737, feita pelos irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e seu provedor, Jozeph de Barros Araújo (Silva et al. 2000) trata-se de uma escritura de compra e venda com as demais partes ilegíveis. Em 06 de abril de 1752 foi feita uma escritura de posse da capela e um depósito pelo Capitão-Mor Simão Martins da Silva e sua mulher, Florênsia de Andrade. Nesse documento constam outros padroeiros de devoção, Santo Antônio e São Gonçalo, sendo desconhecido o momento em que a padroeira passa a ser Nossa Senhora do Rosário. Em 1807, consta um documento em que o proprietário do Engenho Camaçari é José Ribeiro Losano.

Após, somente em 1855 tem-se conhecimento de um outro documento onde consta a posse da propriedade ao senhor Domingos Dias Coelho e Melo, o Barão de Itaporanga. Em 1873 as terras são herdadas ao filho, Antônio Dias Coelho, engenheiro condecorado com o título de Barão de Estância, também senhor de vastas áreas de terras em São Cristóvão, Itaporanga d’Ajuda e Estância. Em 1891 a fazenda é vendida a João

Augusto de Freitas Garcez e herdada por Arnaldo Rollemberg Garcez, ex-governador de Sergipe (1951-1955), ex-deputado federal (1958-1966) e ex-prefeito de Itaporanga d'Ajuda (1983-1987) e 1993-1996).

A capela fica defronte ao rio Vaza-Barris, ao longo do tempo passou por alterações em sua estrutura como assentamento de piso e construção de laje na parte superior. Segundo o atual proprietário, Daniel Garcez, a capela passou por uma reforma em 1929 após um incêndio acidental causado por uma vela. Foi feita uma reforma em 2016 logo após o tombamento estadual. Em visita realizada em setembro de 2022, vimos que seu altar-mor está bem preservado, com destaque para a imagem de Nossa Senhora do Rosário. Na sacristia, há uma imagem de Senhor dos Passos.

Daniel Garcez nos relatou como memórias da capela as festividades religiosas em devoção à Nossa Senhora do Rosário no mês de outubro, organizada por seus familiares. Relembra também celebrações de casamentos, batizados e missas também de cunho privado da família Garcez, recebendo pessoas da política local e estadual devido ao destaque de seu avô, Arnaldo Rollemberg Garcez, que foi governador de Sergipe de 1951 a 1955, deputado federal de 1958 a 1970 e prefeito de Itaporanga d'Ajuda de 1983 a 1988 e de 1993 a 1996. Segundo Daniel Garcez, esporadicamente a capela é aberta atualmente para cerimônias religiosas, principalmente no dia 07 de outubro, dia de consagração à sua padroeira.

Um fato que chama a atenção é o posicionamento da fachada principal da edificação, defronte ao rio Vaza-Barris. Embora não se tenha encontrado fontes concretas, possivelmente as margens do rio eram próximas à capela Nossa Senhora do Rosário, pois no período áureo da cana-de-açúcar nas localidades de Itaporanga d'Ajuda, o rio Vaza-Barris era um importante via de locomoção não apenas da produção açucareira, mas também de pessoas através de embarcações, autores como Telles (2013, p.33-34) fazem menção ao grande volume hídrico do Vaza-Barris no período colonial brasileiro. Atualmente, o rio encontra-se em um estado de assoreamento e retirada voluptuosa de sua mata ciliar no trecho itaporanguense, o que provavelmente resultou em uma diminuição do volume de água e recuo de suas margens, estando no momento aproximadamente a uma distância de 500m da construção em sua margem direita. Também há um grande volume de registros paroquiais do século XIX no tocante aos registros de batizados, casamentos e óbitos.

A Capela Senhor do Bonfim está situada na Fazenda Dira, entre os povoados Ipanema e Telha, município de Itaporanga d'Ajuda-SE, pertencendo atualmente ao

empresário José Augusto Vieira e sua atividade econômica principal é a pecuária bovina. O local era a sede do antigo Engenho Dira, datado aproximadamente de 1650, pertencendo inicialmente à senhora Maria Augusta Lourenço Sobral. No século XIX, por volta de 1840, o engenho passou a pertencer à família Dias Coelho e Mello, a mesma que já administrava outros engenhos ao longo do Vaza-Barris.

A edificação religiosa tem datação de 1703. Assim como na Igreja Jesuíta da Fazenda Colégio, é possível encontrar também na capela da Fazenda Dira vários jazigos no seu interior onde estão sepultados principalmente os membros das famílias Sobral e Dias Coelho e Mello. Livros paroquiais da segunda metade do século XIX registram centenas de batismos, casamentos e óbitos na Capela Senhor do Bonfim, incluindo escravizados, homens livres e nobiliárquicos. Esses dados atestam a força econômica e política do Engenho Dira no auge de sua produção canavieira.

Após um longo período em estado de pouca conservação, todo o patrimônio arquitetônico da Fazenda Dira passou a ser recuperada a partir do início da década de 2000, incluindo a Capela Senhor do Bonfim. A reforma incluiu pintura, recuperação de elementos como sino, mobiliário, altar e imagens. Ao redor da capela foi desenvolvido de maneira complementar um projeto de paisagismo com uma passarela cercada de palmeiras imperiais e um lago defronte à capela, realçando ainda mais o templo religioso. Em diálogo com Dona Josete Reis Vieira, ela contou que adquiriu a Fazenda Dira junto com seu esposo em 1993. Até meados da década de 2000 fez diversas celebrações na capela como missas de natal e batizados, chegando a realizar em único evento 60 batismos envolvendo crianças e adultos. Disse também que através de contato com a comunidade alfabetizou crianças, jovens e adultos em um espaço próximo à igreja, dentro da fazenda. Também nos contou que tem a pretensão de criar um memorial com imagens e outros documentos históricos que possam registrar a História de todo o conjunto arquitetônico da propriedade.

Todo esse gratificante esforço em valorizar uma parte importante da história local de Itaporanga d'Ajuda merece um retorno didático de qualidade aos estudantes. Pensando nisso e em meio às dificuldades logísticas de transportar os estudantes para a visitação desses espaços, resolvemos “trazer” as edificações religiosas históricas de Itaporanga d'Ajuda para a escola através de um material impresso com imagens e informações importantes para a compreensão da história local do município. O significado da iconografia no ensino de História, suas possibilidades de utilização, sua interrelação com

outras fontes para a correta interpretação dos fatos históricos e a estruturação dessa ferramenta como facilitadora no processo ensino-aprendizagem.

A iconografia, do grego *eikon*, que significa “imagem”, e *grafia*, que quer dizer descrição. Nessa junção, depreende-se que a iconografia se refere à capacidade descritiva e classificatória de imagens.

O mundo contemporâneo não se furta a utilizar o visual como busca de informações. A iconografia ganhou no século XXI uma importância textual como ferramenta que adentrou com bastante sucesso espaços onde tradicionalmente o texto escrito é a base de conhecimento, caso das bibliotecas e escolas. É natural portanto que na nova forma de ensinar História, a iconografia ganhe um espaço muito importante na prática docente, desde que haja um cuidado para que a abordagem de imagens não seja algo meramente ilustrativo e descritivo (Bittencourt, 2004).

O professor necessita inicialmente acreditar na potencialidade dessa ferramenta. O reconhecimento da eficácia de se trabalhar com imagens para o aprendizado estudantil passa pela qualidade da informação histórica e os desdobramentos que sua análise possa trazer na construção dos saberes pretendidos, sendo assim uma valorosa fonte de pesquisa.

Na realidade, a iconografia enquanto um signo que nos gera sentido sempre foi uma ferramenta de comunicação da humanidade: pinturas primitivas ou rupestres dos tempos pré-históricos, imagens pintadas nos mais variados estilos e formas, fotografia, filme, microfilme e vídeo. A evolução do trabalho humano trouxe uma preocupação em cada período histórico de registrar os elementos da cultura de cada geração com riqueza de detalhes que concatenadas com outras fontes históricas podem ou não ratificar fatos e eventos que a ciência historiográfica se empenhou em investigar. Isso porque a neutralidade dentro da interpretação dos fatos e eventos humanos não existe. Imagens, principalmente no campo da política e da religião, tem intenções distintas tanto da maneira como são construídas ou difundidas por quem as produziu e delas tirou proveito como daqueles que nelas enxergam a possibilidade de elaborar contrapontos e denunciar contradições, omissões, opressões e ufanismos.

No tocante às igrejas, objeto deste estudo, “para além da ideia de descrição, a iconografia emerge como uma perspectiva simbólica no espaço religioso” (Nunes, 2018). Assim, a iconografia ganha um contexto especial de identificar através da arquitetura os significados das várias representações da religião católica nas edificações erguidas, desde

a distribuição e funcionalidade dos cômodos aos elementos pictóricos e litúrgicos, tais como esculturas, imagens, vestes, mobiliários e utensílios.

Nunes (2018), embasada nas ideias de Jean François Groulier, diz que a interpretação iconográfica das igrejas requer do pesquisador duas significações: uma de ordem fenomênica e a outra de ordem semântica. Segundo a autora, o “sentido fenomênico é entendido como a percepção imediata do que se observa, e o sentido semântico corresponde com o sentido da iconografia tradicional”, ou seja, de classificar os elementos e estilos observados na edificação.

Decidimos a partir desses requisitos explorar as edificações católicas mais antigas do município de Itaporanga d’Ajuda. Elas são uma peça da engrenagem que serviu de instrumento para uma colonização que deixa até o presente graves cicatrizes na sociedade brasileira: a concentração fundiária e de renda, o racismo, o desrespeito ao meio-ambiente, a intolerância religiosa e cultural às matrizes africanas e indígenas.

O produto pedagógico a ser produzido é um roteiro iconográfico com informações destacadas sobre cada igreja estudada em Itaporanga d’Ajuda. Esse roteiro será estruturado com os seguintes itens: 1-O nome do templo católico a ser estudado; 2-Inserção de fotografias do templo a ser estudado; 3-Descrever a edificação estudada; 4-Utilizar referenciais de espaço para situar a construção: zona rural ou urbana, logradouro, município e pontos de referência; 5-Datas e meses em que ocorrem celebrações importantes na edificação e em seu entorno; 6-Quem ou qual instituição deu início à construção da igreja, motivação da escolha do lugar, reformas, ampliações e alterações, transformação da paisagem ao seu redor ao longo do tempo; 7-Fundador(a), proprietário(a) atual, pároco, administrador(a); 8-Descrição de possíveis elementos naturais (rio, acidentes geográficos, vegetação) ou elementos culturais (cultivos agrícolas, pasto, pecuária, fazenda, estrada, casas, rede elétrica, campo de futebol, praça, dentre outros);

Utilizar imagens como fontes de história local gera reflexões sobre a produção do espaço geográfico pelas sociedades através de gerações. Elas constituem-se como guardiãs da memória coletiva dos lugares. Quando um determinado lugar é fotografado em diferentes tempos históricos é possível construir analogias e fazer importantes observações sobre as transformações das paisagens. Assim, a fotografia no auxílio ao ensino de História tem um papel relevante, pois a imagem tem o potencial de referendar e ratificar diversos documentos escritos e até mesmo relatos advindos da oralidade sobre um determinado fato histórico (Park et al., 1996). Por sua vez, àquele que elabora a

imagem tem a intenção de emitir sua interpretação sobre sua arte e provocar a todos que a analisam e a contextualizam a também construir seus próprios pontos de vista sobre ela.

Temos assim uma alfabetização de ordem visual, de natureza inata, na qual o estudante visualiza, codifica, analisa e emite valor sobre uma imagem. Essa alfabetização visual auxilia e une-se a já consagrada alfabetização histórica, na qual a leitura e a escrita são fundamentais na construção dos argumentos críticos dos elementos e fenômenos históricos.

A utilização de um roteiro iconográfico de igrejas de Itaporanga d’Ajuda visa com que o estudante dos Anos Finais do Ensino Fundamental observe as imagens detalhando suas características arquitetônicas, de localização, conservação, associando com possíveis conhecimentos prévios, já que muitos dos estudantes as conhecem seja por residirem próximos, seja por já terem visitado ou mesmo por já saberem um pouco da história das edificações.

Espera-se que a ferramenta proposta integre-se à perspectiva de se compreender que no território itaporanguense temos reflexos da História colonial: as relações globais decorrentes das grandes navegações dos séculos XVI empreendidas por Estados europeus; o choque de objetivos e ideais culturais econômicos e religiosos decorrentes das visões antagônicas de europeus e dos indígenas e africanos; a dinâmica mercantil portuguesa como forma de dominação do território colonial brasileiro.

Ao aprofundarmos o conhecimento sobre os templos católicos mais antigos do município de Itaporanga d’Ajuda trazemos um olhar edificante à História local. Compreendemos como estes espaços não são meros elementos sem importância em meio aos meandros do rio Vaza-Barris. Elas foram fruto da internacionalização da economia, que tem grande impulso com a empreendida mercantilista ultramarina europeia iniciada no século XV, trazendo consigo a sanha de poder às custas de milhões de indígenas e africanos escravizados e coisificados. A igreja católica é um ente decisivo na meta do colonizador de aculturar pessoas e falsamente legitimar a posse das riquezas pilhadas até a Europa.

Dizemos sempre aos estudantes em nossas aulas que quando eles se deslocam de suas casas para a escola, vindos do campo ou da cidade, que eles são nesse momento “historiadores ou geógrafos de janela de ônibus escolar”. Quando estimulamos os jovens a esse pensamento momentâneo durante o trajeto casa-escola-casa nós queremos que eles não apenas “vejam com os olhos” as paisagens que atravessam, mas que eles possam trazer impressões e interrogações para o chão da sala. “Por que aquela igreja sozinha na

estrada defronte ao rio?” “Por que ela fechou?” “Por que ela se encontra dentro de uma fazenda?” “Por que no entorno da matriz existem imponentes casarões?”

A compreensão e resposta a tais perguntas trarão ao estudante a tão sonhada liberdade de pensamento sobre os fatos históricos sem amarras. “A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação” (Freire, 2011).

Assim, entendemos que os avanços no ensinar e aprender História, interrelacionando os saberes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com os saberes das vivências de nossos estudantes são muito importantes na perspectiva de uma educação plural, democrática e cidadã uma vez que permite oferecer aos currículos novas versões e visões. Possivelmente, o grande desafio para o ensino de História ao corpo docente para as próximas décadas será o de como esse novo currículo adentrará ao cotidiano das escolas já tão aclimatadas ao pensamento historiográfico eurocêntrico, o que pode gerar enfrentamentos e resistências da comunidade escolar. Contudo, ceder à primeira investida contrária a esse vanguardismo poderá trazer retrocessos no intenso trabalho das primeiras duas décadas do século XXI, empreendidas por esforços nos cursos de graduação e pós-graduação de História, de aproximar essa ciência da população em geral que cada vez mais procura compreender sua própria origem e sua posição no contexto global da sociedade de consumo.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Francisco José. **Fazenda Colégio, Itaporanga d’Ajuda-SE: alguns marcos do seu passado**. Aracaju-SE: Jornal da Cidade, 10/05/2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

CARRETERO, Mario. **Representação e aprendizagem nas narrativas históricas**. In: CARRETERO, Mario; CASTORINA, José A. (Org.) **Desenvolvimento cognitivo e educação: Processos do conhecimento e conteúdos específicos**. Porto Alegre: Penso, 2014, p.203-222.

- DANTAS, Beatriz Góis; DINIZ, Diana Maria de Faro Leal e [et al.]. **Textos para a História de Sergipe**. 2ª edição. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013.
- DANTAS, Orlando Vieira. **A vida patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o profano**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves & CRUZ, Maria Teresa S. (Coordenadoras). **Atlas Escolar de Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. 2ª edição. João Pessoa-PB: Grafset: 2013.
- FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.
- \_\_\_\_\_. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 51ª edição. São Paulo: Global, 2018.
- HOONAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil**. Primeira época. Petrópolis: Vozes, 1991.
- IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, volume 19, Alagoas e Sergipe. Rio de Janeiro, 1959.
- \_\_\_\_\_. [www.ibge.gov.br/apps/arranjos\\_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf), acessado em 17/04/2022.
- \_\_\_\_\_. **Estimativa da População 2018**. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acessado em 17/04/2022.
- IPHAN. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação/IPHAN**; texto de Sônia Regina Ramplim Florêncio et al. – Brasília, DF, 2016.
- IPHAN. [acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover?rpp=10&etal=0&query=ITAPO RANGA+D%27AJUDA](http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover?rpp=10&etal=0&query=ITAPO RANGA+D%27AJUDA), acessado em 11 de outubro de 2022.
- LEITE, Serafim. **Sergipe del Rey. História da companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: INL, 1945.
- NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial I**. Sergipe/UFS/ Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- NUNES, Verônica Maria Meneses. **Cultura material e território eclesiástico: uma leitura zooiconográfica em igrejas coloniais de Sergipe del Rei entre os séculos XVII-XVIII**. Laranjeiras: UFS, 2018.

PARK, Margareth Brandini & FERNANDES, Renata Sieiro (organizadoras). **Filigranas da Memória: Intercâmbios de Gerações**. Cadernos CEDES, Campinas, volume 26, n. 68, 2006.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. **Reordenamento do Trabalho. Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe 1850-1930**. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1998, p.61.

SILVA, Eugênia Andrade Veira da. **Catálogo da documentação cartorária dos séculos XVII e XVIII da comarca de São Cristóvão**. Aracaju: TJ: J. Andrade, 2000.

SIQUEIRA, Luis. **Religião, Terra e Poder: O Encapelado de Nossa Senhora da Ajuda em Itaporanga – Se (1798 – 1838)**. Itaporanga d’Ajuda: do Autor, 2007.

SOBRINHO, Sebrão. **Laudas da História do Aracaju**. Sergipe: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955.

SOUSA, Antônio Lindivaldo (organizador). **O pulso de Clio: Religiosidade, cultura e diversidade**. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

TELLES, Manoel dos Passos de Oliveira. **Sergipenses**. 2ª edição: Aracaju: IHGSE; São Cristóvão: UFS, 2013.

VOGEL, Christine. **Guerra aos Jesuítas: A propaganda antijesuítica do Marquês de Pombal em Portugal e na Europa**. Lisboa: Temas e Debates, 2017.

IBGE. [www.ibge.gov.br/apps/arranjos\\_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf), acessado em 17/04/2022.

\_\_\_\_\_. **Estimativa da População 2018**. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acessado em 17/04/2022.

IPHAN. [acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover?rpp=10&etal=0&query=ITAPORANGA+D%27AJUDA](http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover?rpp=10&etal=0&query=ITAPORANGA+D%27AJUDA), acessado em 11 de outubro de 2022.

#### Notas

\*Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal de Sergipe. Professor de Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Sergipe e da Rede Municipal de Ensino de Itaporanga d’Ajuda-SE.